Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, o capital foi aumentado para € 25 000, pelo que o pacto foi alterado no seu artigo 4.º, que passou a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 4.º

O capital social, realizado em dinheiro e nos demais valores constantes da escrita social, é de vinte e cinco mil euros, e encontra-se dividido em seis quotas, uma do valor nominal de oito mil trezentos e doze euros e cinquenta cêntimos, e outra do valor nominal de cinco mil euros, do sócio Basílio Alvarez Ogando, uma do valor nominal de três mil quinhentos e sessenta e dois euros e cinquenta cêntimos, e outra do valor nominal de três mil cento e vinte e cinco euros, do sócio Nicolau Martinho Santos de Oliveira, uma do valor nominal de trezentos e noventa e nove euros e quatro cêntimos e outra do valor nominal de quatro mil seiscientos euros e noventa e seis cêntimos, do sócio Manuel Gonzalez Fernandez.

Mais certifico que em 6 de Outubro de 2005 Benito Gonzalez Fernandez, Manuel Gonzalez Fernandez, José Gonzalez Fernandez e Manuel Gonzalez Alvarez cessaram as suas funções de gerentes, por renúncia.

O texto completo do contrato na sua redacção actualizada foi depositado na respectiva pasta.

24 de Novembro de 2005. — Pela Primeira-Ajudante, (*Assinatura ilegível.*) 2009788257

LIDERAL — SOCIEDADE DE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 7457; identificação de pessoa colectiva n.º 504503839; inscrição n.º 05; número e data da apresentação: 103/20050628.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foi efectuado o registo do depósito das contas do exercício do ano de 2004.

27 de Julho de 2005. — Pela Primeira-Ajudante, (*Assinatura ilegível.*) 2004204990

FARO

LAGOA

AQUARADE — SOCIEDADE DE AQUACULTURA, L.ª

Sede: sítio do Sapal, freguesia do Parchal, concelho de Lagoa

Conservatória do Registo Comercial de Lagoa (Algarve). Matrícula n.º 01927/090305; identificação de pessoa colectiva n.º 507185412; inscrição n.º 01; número e data da apresentação: 20/090305.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, tendo como sócios Joaquim Pereira da Silva, solteiro, maior, Maria Augusta Ferreira de Sousa, solteira, maior, e Joaquim Marco Ferreira da Silva, solteiro, maior, que se rege pelo seguinte contrato:

1.º

A sociedade adopta a denominação AQUARADE — Sociedade de Aquacultura, L.ª, tem a sua sede na Rua do Comércio, 1511, freguesia de Lourosa, deste concelho de Santa Maria da Feira.

§ único. Independentemente de deliberação dos sócios, a gerência pode deslocar a sede da sociedade dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como, criar e encerrar sucursais, agências, delegações ou outras formas de representação no território nacional e no estrangeiro.

2.º

O seu objecto é indústria e exploração de aquacultura e piscicultura. Comércio, importação e exportação de todo o tipo de peixe, equipamentos e produtos relativos à actividade. Actividades hoteleiras e actividades de turismo. Compra, venda de imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim.

§ único. Por deliberação da assembleia geral a sociedade pode adquirir participações em quaisquer outras sociedades constituídas ou a constituir mesmo que com objecto diferente do seu e pode ainda associar-se com outras empresas por qualquer forma, designadamente através de consórcios ou agrupamentos complementares de empresas e associações em participação.

3.º

O capital social, é de cinco mil euros. Divide-se em três quotas do seguinte modo: uma de valor nominal de três mil e quinhentos euros, pertencente ao sócio Joaquim Pereira da Silva e duas iguais de valor nominal de setecentos e cinquenta euros pertencentes uma a cada um dos restantes sócios Maria Augusta Ferreira de Sousa e Joaquim Marco Ferreira da Silva.

4.º

A gerência da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, fica afectada a todos os sócios, desde já nomeados gerentes.

§ 1.º Para obrigar a sociedade em actos e contratos que envolvam responsabilidade para a sociedade, e suficiente a assinatura do gerente Joaquim Pereira da Silva ou, na sua falta, as duas assinaturas dos dois restantes gerentes, em conjunto.

§ 2.º Para actos de mero expediente e de simples mandato judicial é suficiente a assinatura de qualquer gerente.

§ 3.º Ficam os gerentes desde já autorizados a comprar ou vender veículos automóveis de e para a sociedade e assinar contratos de *leasing*.

§ 4.º Fica desde já vedado aos gerentes obrigar a sociedade em quaisquer actos e contratos estranhos aos negócios sociais, designadamente abonações, letras de favor, avales, fianças ou outras obrigações.

5.º

Por deliberação unânime dos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares de capital até ao montante de dez vezes o capital social.

6.º

Os sócios poderão fazer à sociedade suprimentos nos termos e condições que forem deliberados em assembleia geral.

7.º

A cessão de quotas entre sócios é livre; porém, quando feita a estranhos, carece do consentimento da sociedade, a quem é também conferido o direito de preferência na aquisição em primeiro lugar e ao sócio não cedente, em segundo lugar.

Declararam que fica, desde já, autorizada a gerência, a proceder ao levantamento do capital social depositado, para fazer face às despesas com a sua constituição e registo.

Adverti os outorgantes de que o presente acto deverá ser submetido a registo dentro de três meses a contar de hoje.

Exibiram certificado de admissibilidade da firma emitido pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas em 22 de Dezembro de 2004.

Cartão de pessoa colectiva número P 507185412, com a actividade de 05020.

Declararam os outorgantes que já procederam ao depósito da quantia relativa ao capital social na agência do Banco Santander, em Espinho.

Esta escritura foi lida aos outorgantes e aos mesmos explicado o seu conteúdo.

Está conforme o original.

18 de Março de 2005. — A Escriturária Superior, *Célia Cristina Guerreirinho Caracol Pereira.* 2007644231

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

COMERCIAL MARICE, PORCELANAS, VIDROS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Vila Real de Santo António. Matrícula n.º 497/890317; identificação de pessoa colectiva n.º 502125365; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 13/20050413.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

Alteração parcial do contrato.

Artigos alterados: 1.º e 3.º, e introdução do artigo 12.º, tendo os mesmos ficado com a seguinte redacção:

ARTIGO 1.º

A sociedade continua a adoptar a denominação Comercial Marice, Porcelanas, Vidros, L.ª, tem a sua sede na Rua de Teófilo Braga, 51

a 57, na cidade, freguesia e concelho de Vila Real de Santo António, e durará por tempo indeterminado, a contar da data da sua constituição.

ARTIGO 3.º

O capital social é de cinquenta mil euros, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, e corresponde à soma de quatro quotas: duas de dezassete mil e quinhentos euros cada, pertencendo uma ao sócio José Lopes Viegas e outra à sócia Maria Celeste dos Reis Calvino Viegas, e duas de sete mil e quinhentos euros cada, pertencendo uma ao sócio João Carlos Calvino Lopes Viegas e a outra ao sócio José Manuel Calvino Lopes Viegas.

ARTIGO 12.º

A sociedade poderá exigir aos sócios prestações suplementares de capital de que careça para o desenvolvimento da sua actividade, sendo o seu montante fixado em vinte vezes o capital social, ficando os sócios obrigados a efectuar tais prestações, sendo o critério de repartição fixado na assembleia geral que deliberar a sua exigência.

Mais certifico que se mantêm em pleno vigor todos os demais elementos constantes do contrato de sociedade.

Está conforme o original.

21 de Abril de 2005. — A Escriturária Superior, *Rosa Maria Gonçalves da Silva Ribeiro*.
2006725130

LEIRIA

MARINHA GRANDE

**SETSA — SOCIEDADE DE ENGENHARIA
E TRANSFORMAÇÃO, S. A.**

Conservatória do Registo Comercial da Marinha Grande. Matrícula n.º 00852/891024; identificação de pessoa colectiva n.º 502235900; data da apresentação: 090605.

Certifico que, em referência à sociedade em epígrafe, foi feito o depósito na pasta respectiva dos documentos de prestação de contas relativas ao exercício do ano de 2004.

Conferido, está conforme.

9 de Junho de 2005. — A Primeira-Ajudante, *Clarisse Ferreira dos Santos Batista*.
2007727536

LAR CORREIA — APOIO À TERCEIRA IDADE, L.ª

Conservatória do Registo Comercial da Marinha Grande. Matrícula n.º 02453/031021; identificação de pessoa colectiva n.º 506691225; data da apresentação: 240605.

Certifico que, em referência à sociedade em epígrafe, foi feito o depósito na pasta respectiva dos documentos de prestação de contas relativas ao exercício do ano de 2004.

Conferido, está conforme.

24 de Junho de 2005. — A Primeira-Ajudante, *Clarisse Ferreira dos Santos Batista*.
2011232511

**INAMOL — INDÚSTRIA NACIONAL DE MOLDES, S. A.
(anteriormente denominada INAMOL
INDÚSTRIA NACIONAL DE MOLDES, L.ª)**

Conservatória do Registo Comercial da Marinha Grande. Matrícula n.º 00276; identificação de pessoa colectiva n.º 500600600; inscrição n.º 22; número e data da apresentação: 08/20050912.

Certifico que, em referência à sociedade em epígrafe, foi feito o registo de reforço de capital e transformação, cujo contrato tem o seguinte teor:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de INAMOL — Indústria Nacional de Moldes, S. A., e durará por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir da data da escritura do contrato de constituição da sociedade.

ARTIGO 2.º

1 — A sociedade tem a sua sede na Estrada da Nazaré, 100, freguesia e concelho da Marinha Grande.

2 — Por deliberação do conselho de administração poderão ser criadas filiais, agências ou quaisquer outras formas de representação no País ou no estrangeiro e ser transferida a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

CAPÍTULO I

Objecto social

ARTIGO 3.º

1 — A sociedade tem por objecto o fabrico e venda de moldes para a indústria de plásticos.

2 — Por decisão unânime da administração, poderá a sociedade vir a participar, adquirir ou alienar participações sociais em outras sociedades, ou organizações empresariais, mesmo com objecto diferente do seu.

3 — A sociedade pode adquirir participações em sociedades nacionais e estrangeiras, com objecto igual ou diferente do seu, reguladas por leis especiais, podendo associar-se em agrupamentos complementares e empresas, agrupamentos europeus de interesse económico ou cultural, consórcios e associações em participação, sem carecer de autorização da assembleia geral.

CAPÍTULO II

Capital social, acções e obrigações

ARTIGO 4.º

1 — O capital social, que se encontra integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de € 1 247 400 e está dividido em 249 480 acções com o valor nominal de € 5 cada uma.

2 — As acções são nominativas ou ao portador, reciprocamente convertíveis.

3 — As acções podem ser representadas por títulos de 10, 50, 100, 500 e 1000 acções.

4 — Os títulos representativos das acções são assinados por dois administradores, devendo constar obrigatoriamente a assinatura do administrador Paulo Juliano Pereira da Silva Araújo e Carlos Manuel da Silva Leal.

5 — A sociedade poderá nos termos e com sujeição aos limites legalmente fixados, emitir acções de qualquer tipo, nomadamente acções preferenciais sem voto ou remíveis.

6 — Poderá ainda ser deliberada a realização de prestações acessórias pecuniárias, por uma ou mais vezes, até ao limite nunca superior ao valor do capital social da sociedade.

ARTIGO 5.º

1 — A sociedade poderá proceder à amortização das acções quando se verifique alguma das seguintes situações:

- a) Declaração de falência ou insolvência do respectivo titular;
- b) Apreensão judicial, penhora ou venda judicial de acções;
- c) Actuação do sócio em detrimento da sociedade ou prejuízo do seu bom nome.

2 — A amortização das acções será efectuada pelo seu valor nominal e depois de deliberação tomada na assembleia geral dentro do prazo de seis meses a contar do facto que fundamenta a amortização.

ARTIGO 6.º

1 — Observando as disposições legais aplicáveis, a assembleia geral poderá deliberar a emissão de qualquer tipo de obrigações, ou outros títulos negociáveis.

2 — Os accionistas têm direito de preferência na subscrição das obrigações emitidas, na proporção das acções que possuem à data da sua emissão.

CAPÍTULO III

Órgãos sociais

ARTIGO 7.º

1 — São órgãos sociais:

- a) A assembleia geral: presidente — Magda Margarida Ferreira Leal; secretário — José Eduardo de Almeida Frazão dos Santos;